
044ª SESSÃO ORDINÁRIA 22MAIO2019

(Texto com revisão final.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica Leal, caros colegas vereadores e vereadoras, caríssimo Oliboni, eu estou aqui para, mais uma vez, fazer uma cobrança contundente. Especialmente, quero hoje dialogar com o Mauro Pinheiro e com o Moisés Barboza, que representam aqui o governo municipal, acerca do problema do habite-se. Vou repetir: o infortúnio da cidade se chama habite-se. As pessoas não conseguem locar, não conseguem alugar, não conseguem vender, não conseguem negociar, não conseguem ocupar, não conseguem utilizar, não conseguem mercadejar porque falta habite-se. Habite-se, esse é o problema! Se não bastasse isso, são tempos, tempos e tempos para conseguir qualquer tipo de licenciamento. Qualquer tipo de licenciamento! E as pessoas são humilhadas ao consultarem sobre pedidos, autorizações, Hamilton. Dizem “aprovaram a lei do mobiliário urbano, mas não fizeram os mecanismos para tal”, mas quem tem que fazer isso, o decreto municipal, não é do Legislativo, é do Executivo. “A lei está em vigor”, foi dito hoje de manhã ao telefone para um cidadão comum. Se fosse assim, não teria sido feita a licitação, a abertura da licitação dos relógios da cidade, portanto é o poder público que se utiliza de subterfúgios para não autorizar nada. E, provavelmente, na SMAM, continuam os mesmos que não querem ocupação dentro das normas, Freitas, que nós discutimos na Comissão do Mobiliário Urbano, para ter, por exemplo, uma banca de jornal, um chaveiro ou uma florista. Nós não podemos mais continuar, Ver.^a Mônica Leal, com os floristas concentrados na Av. Otávio Rocha! Eles têm que ser espalhados pela cidade! Vossa Excelência contribuiu e ajudou na Comissão do Mobiliário Urbano! Nós precisamos fazer com que o governo licencie, autorize, dê habite-se! Nada disso está acontecendo! Tudo está parado! Pagando um aluguel babilônico para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; com todo o respeito, lá na Mauá, enquanto fecharam o atendimento externo do EdificaPOA, na Rua Siqueira Campos! Está tudo atropetado de processos físicos, e, se alguém precisa, vai o *office-boy*, o estagiário,

carregando processo de um canto para o outro da cidade. Mas que Prefeitura essa! Aonde vamos parar! Que barbaridade! Tem que mudar, mudar, Moisés, radicalmente! Nós temos colocado aqui, não temos feito nenhuma outra ação se não solicitar, pedir, quase implorar para que a base do governo vá falar com os secretários, vá resolver essas questões! Vamos parar com a futrica, vamos parar com a grenalização, vamos parar com o bate-boca! Vamos fazer as coisas acontecerem na cidade!

A mesma coisa, terça-feira, o colega Ricardo Gomes, condutor da CCJ, está chamando a PGM para resolver o problema do autorizativo dos táxis, é lei, tem que pegar o permissionado e dizer: “Agora você tem autorização, está aqui”. Foi isso que nós aprovamos. Não tem outra coisa a fazer, se não cumprir a lei. Este Parlamento decide, discute, se tem veto derruba e taca a lei para frente e deve fiscalizar. Não é preciso fazer tantas leis, mas, quando a gente as fizer, a gente também as fiscaliza. Muito obrigado, Ver.^a Mônica.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste; hoje foi noticiado pelo jornalista Felipe Vieira que a empresa Uhuu.com Tecnologia Ltda deixará Porto Alegre em razão do nível do ISSQN cobrado na nossa cidade. Empresa de tecnologia, alguns chamam de tiqueteiras, que faz a intermediação entre os espetáculos e os compradores de ingressos, uma empresa de alta tecnologia, uma empresa inovadora, que se instalou em Porto Alegre, gerou oportunidades para o porto-alegrense. Acompanhei junto ao Executivo a busca de uma solução para uma questão tributária. Para que entendam, empresas desse setor em outras cidades, como no interior de São Paulo, têm uma alíquota de ISSQN de 2%. Em Porto Alegre, essa empresa pagava uma alíquota de ISSQN de 5%. Isso a tornava não competitiva, aumentando, obviamente, o preço dos ingressos para os compradores, fazendo com que fosse mais barato para essa empresa sair de Porto Alegre, deixar de gerar impostos e oportunidades aqui.

Quero lamentar e também fazer um apelo para que se reveja a alíquota de ISSQN de Porto Alegre, pelo menos para as empresas de tecnologia. Nós acabamos de aprovar o aumento do IPTU, que é também significativo, e há a questão do ISSQN que precisa ser enfrentada. Porto Alegre é uma cidade em que o setor de serviços é responsável pela maior parte da economia. Nós temos aqui um buraco que está sendo criado pela questão de a nossa alíquota de ISSQN ser uma das maiores do Brasil. Aliás, entre 2% e 5%, nós cobramos 5% de um setor que é importante para o desenvolvimento da cidade, um setor no qual Porto Alegre quer ser de ponta, está aí o Pacto Alegre, que não nos deixa mentir. É preciso que o Município atenda e consiga, pelo menos, se equiparar, na questão da carga tributária com os municípios que são verdadeiramente competitivos na área de tecnologia. Nós queremos *startups* no Município, nós queremos ter uma política de inovação e, para isso, temos que entender que não há que apenas olhar para o caixa da Prefeitura, mas há que se dar competitividade para que as empresas se instalem aqui. Essa é uma empresa que talvez gerasse, num pequeno espaço de tempo, uma receita significativa para o Município, se nós estivéssemos na faixa de 2% do ISSQN. Busquei junto à Secretaria da Fazenda, conversamos, havia uma disponibilidade, é preciso dizer isso, da Secretaria da Fazenda e da Prefeitura em atender, mas o tempo do serviço público não é o tempo da iniciativa privada.

A empresa, infelizmente, deixa Porto Alegre, e, se nós não agirmos, perderemos mais e mais investimentos nesse setor. É importante, faço isso, é um apelo, o secretário Busatto me recebeu, conversamos sobre o tema dessa empresa, há uma compreensão do Município de que é preciso fazer alguma coisa, e o que eu faço é um apelo para que nós aceleremos essa tomada de decisão, para que façamos o que precisa ser feito com a maior urgência, senão mais e mais empregos em inovação vão desaparecer da cidade de Porto Alegre. Obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Sra. Presidenta, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que nos dão o prazer de nos assistir pela TVCâmara;

quero agradecer ao líder da oposição, o Ver. Robaina, pela cedência do tempo. Quero dizer que venho aqui para cumprimentar a juventude brasileira, os estudantes pela belíssima manifestação que realizaram no último dia 15, uma manifestação em protesto aos cortes dos recursos para educação, aos cortes dos recursos para ciência, aos cortes dos recursos para as bolsas de estudo, aos cortes dos recursos para tornar este País um país que seja autêntico e que tenha a sua autonomia do saber. Essa medida foi anunciada pelo Ministro da Educação, que não sabe fazer uma regra de três e que corta 30% dos recursos da educação brasileira. Em compensação, neste momento, a política nacional oferece às petroleiras internacionais a entrega do pré-sal e a isenção de R\$ 3,5 trilhões de recursos nos próximos anos, recurso que estava destinado para ser aplicado na educação e na saúde do Brasil.

Eu cumprimento também aqui os 14 governadores dos estados do Brasil que se juntam para fazer uma frente contra o decreto de armas do governo Bolsonaro, que leva insegurança a todos os cantos deste País. Eu gostaria muito de perguntar: sobre a manifestação que está sendo convocada para domingo, pelo governo Bolsonaro, pelos seus filhos e pelas suas milícias, convidando o povo para ir às ruas, é para ir às ruas para quê? Para comemorar o litro da gasolina a R\$ 6,00? Para comemorar o dólar a R\$ 4,10? Para comemorar a retirada da aposentadoria dos trabalhadores e a proposição do sistema de capitalização, sistema de capitalização em que os bancos ficarão com 62% do rendimento dos trabalhadores? Para comemorar a taxa de 14,5% de desemprego no Brasil, neste momento, com mais de 32 milhões de desempregados? Para comemorar o dólar a R\$ 4,10, que inibe toda e qualquer possibilidade de importação dos produtos básicos necessários para o Brasil? É isso que nós temos que discutir, é isso que nós temos que analisar. Aqui, no nosso tempo de oposição, quero dizer que queremos ver quem estará nas ruas no domingo, será que aquela quantidade de gente que foi na pré-eleição, movida pelas *fake news* e que agora está vendo, agora está caindo a ficha do despreparo político do Bolsonaro, eleito Presidente do Brasil? Hoje ele mesmo disse: “Não nasci para ser Presidente”. Eu imaginei que não fosse ver isso na política brasileira. Quero dizer aqui que iniciei esta fala agradecendo ao nosso líder da oposição e cumprimentado a juventude pela unidade que construiu no último dia 15, pela beleza e pela pacificidade dos atos que ocorreram em todo Brasil: em 240 cidades brasileiras, com mais de 2,5 milhões de pessoas na rua defendendo a universidade, o ensino e a

pág. 4

educação. Portanto, nós precisamos ter cada vez mais unidade em defender a democracia e a soberania nacional. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): Sra. Presidente desta Casa, Ver^a Mônica Leal; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; público que nos assiste; eu venho hoje nesta tribuna, em nome da liderança do meu partido, Democratas, falar sobre um tema muito importante: na saúde dos pequenos, das crianças, dos jovens. Hoje faz 15 anos que o Instituto da Criança com Diabetes atende as crianças e jovens que ali comparecem com problemas de diabetes. Nesses 15 anos, já foram atendidas 3.700 pacientes, jovens, crianças, que no momento em que se deparam com seus exames médicos e tendo ali o início precoce de diabetes, ou já em fase adiantada, eles começam um trabalho nesse instituto em parceria com o Hospital Conceição. O instituto visa fazer com que as crianças aprendam a controlar o diabetes através da alimentação, como cortar o carboidrato com uma alimentação saudável. Muitas vezes pensamos que a alimentação saudável é apenas eliminando o carboidrato. Não, a alimentação saudável é toda aquela que faz com que as pessoas se sintam bem, mas que não produzam efeitos colaterais.

Então, quando temos notícias boas, como está que hoje circulou nos noticiários dos jornais, é muito importante vir aqui e fazer um alerta a toda a população de que existe um instituto de dá esse atendimento às crianças. É muito importante que as mães fiquem sabendo; por exemplo, a pequena Laura, com setes anos, quando soube que estava com diabetes, não sabia qual tipo de alimentação poderia utilizar na suas refeições, porque não tinha um acompanhamento qualificado de pessoas para orientar sobre a alimentação saudável, para não ter o risco do diabetes.

Quero saudar o Hospital Conceição por ser o âncora para que o instituto continue cada vez mais nessa missão. Em 15 anos, foram 3.700, e eu acho que tem que aumentar, porque sabemos a quantidade de crianças, jovens, adolescentes portadores de diabetes que muitas vezes não têm conhecimento, acham, muitas vezes, que basta simplesmente tirar o doce, mas não, tem que saber a alimentação com critério, por um nutricionista

qualificado. Justamente, o instituo dá esse acompanhamento para essas crianças, para que, no futuro, elas não venham ter um prejuízo grande para sua saúde, com risco, pois sabemos que o diabetes nos traz sérios riscos. Nós somos campeões disso aqui na nossa cidade, principalmente na Região Sul, Vereadora-Presidente, onde sabemos os costumes da nossa alimentação, que pode ser saudável, mas também prejudicial à saúde.

Então, queremos aqui cumprimentar o instituto e fazer um grande alerta. Vamos fazer, sim, com que todos possam saber como está sua saúde. Havendo necessidade, pelo atendimento do SUS, gratuitamente, em Porto Alegre, temos o Instituto da Criança com Diabetes, que faz com que todas essas crianças que têm sofrimento no dia a dia, com abstinência da alimentação, por não saberem o que utilizar, possam, sim, eliminar seu carboidrato sabendo que pode fazer uma alimentação alternativa, saudável e que não traz prejuízo para saúde. Fica este alerta de hoje, porque é uma notícia boa; e notícia boa temos que divulgar. Obrigado, senhoras e senhores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente, colegas, é um prazer estar aqui hoje. Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar a atuação da Ver.^a Fernanda, que esteve aqui na semana passada, cumprindo um brilhante papel como vereadora, torci muito para ver aqui a Ver.^a Fernanda Jardim entre nós. Parabéns, Fernanda.

Eu não posso deixar de fazer alguns esclarecimentos de um assunto que, através de um veículo de comunicação, através do Felipe Vieira, gerou algumas argumentações sobre a saída de uma empresa de intermediação, como foi muito bem explicado aqui – o Ver. Ricardo Gomes trouxe à tribuna a questão da intermediação e a questão do ISSQN. Queremos, de público, pedir à empresa que tenha um pouco mais de esperança e nos dê tempo para que possamos discutir abertamente essa questão, porque o tributo de intermediação, em Porto Alegre, é de 5% de ISSQN. É diferente se a empresa é de tecnologia, de *software*, de informática, quando o ISSQN é de 2%. Nós sabemos que, em outros municípios, o ISSQN, é diferenciado. Mas quero fazer um apelo à empresa Uhuu!: permaneça no nosso Município, ajude neste momento difícil que Porto Alegre enfrenta.

Nós precisamos, cada vez mais, de empresas com nível de pertencimento e que possamos, juntos, discutir esses trâmites.

Agora, nós não podemos fingir, num português bem simples aqui, que uma empresa não seja de intermediação: se ela é de intermediação, se está classificada como intermediária, ela tem que pagar o tributo de intermediação, que aqui em Porto Alegre é de 5%. Vamos esmiuçar esse assunto com os colegas que são mais apropriados do assunto tributário, para que possamos, talvez, ter a esperança de que essa empresa fique conosco aqui, em Porto Alegre, como várias outras empresas. Eu venho aqui fazer esse esclarecimento, inclusive ao Felipe, de dizer que a empresa, se fosse classificada formalmente, apenas como uma empresa de tecnologia, de informática, o ISSQN dela aí, sim, seria de 2%. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PSC): Boa tarde, Sra. Presidente Mônica Leal, Srs. Vereadores, plateia que nos assiste, você, da TVCâmara; o que me traz aqui à plenária, no tempo cedido pelo Ver. Carús, nosso presidente da COSMAM, é para falar sobre o Dia Mundial da Esquizofrenia, que acontecerá no dia 24 de maio. Esta semana, na nossa comissão, tivemos a presença de uma ONG que há 27 anos cuida desse grupo de pessoas que, muitas vezes, são rotuladas com essa doença tão grave, prejudicando muitas famílias. Conforme foi falado dentro da própria comissão, quando existe uma pessoa com esse grave problema de saúde dentro de uma família, todos os membros dessa família acabam envolvidos, trazendo sofrimento a todos. E um dado que é importante que seja trazido aqui nesta plenária é que há portadores de esquizofrenia que, quando estão sem remédio, em função das suas atitudes, muitas vezes despertam até mesmo ataques, são mortas essas pessoas; muitas vezes, quando elas não estão medicadas, recebem tiros da própria polícia. E é um problema que nós, como cidadãos, como população, praticamente desconhecemos.

Por isso estamos trazendo este momento à plenária; a Câmara Municipal de Vereadores abriu essa discussão na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, até para colocar para a

população de Porto Alegre esse problema tão grave, tão sério, que tem atingido tantas famílias e que é muito maior do que nós pensamos. E foi falado, inclusive, que algumas pessoas com desvio de caráter são rotuladas como esquizofrênicas, o que até é uma ofensa aos portadores da doença. Então, quero deixar a nossa palavra, em nome da COSMAM, no sentido de um alerta para a nossa população em relação a isso. Lembro mais uma vez que o dia 24 é o Dia Mundial da Esquizofrenia e ressalto o trabalho que a COSMAM está fazendo junto a essa organização. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): (14h47min) Havendo quórum, passamos a

ORDEM DO DIA

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do Requerimento nº 058/19. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 058/19. (Pausa.) A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 058/19.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, não faço muitas homenagens, mas os 15 anos de luta de uma entidade sem recursos públicos, que conseguiu, na solidariedade, manter diversos projetos de controle populacional, alimentação, assistência de animais e albergues merecem a nossa distinção nesta Casa. É uma entidade que é de utilidade pública municipal e estadual, preenche todos os requisitos legais e também passou a fazer parte do cadastro social estadual, que é um cadastro que nós tivemos a oportunidade de implementar, porque, por trás de um animal, sempre tem um problema social. Quando se vai atender um animal carente, tem uma família que também precisa de auxílio, e essa ONG tem esse projeto.

A entidade também tem um projeto que não está mais em funcionamento, mas que alavancou a visibilidade dos problemas das acumuladoras, que é um problema de saúde, é um problema que precisa de assistência da área da psiquiatria, da área da assistência social, pois é uma síndrome, conhecida nos EUA e muito estudada como a síndrome de *hoarding*, na qual as pessoas, em vez de acumularem coisas, acumulam animais vivos. E essas pessoas não conseguem cuidar, gerando problemas para a vizinhança, para si mesmo, para seus familiares e para os animais, porque não adianta acumular animais se não têm condições de tratar, não têm condições de encaminhá-los. Então, essa ONG tem o projeto Ressocializa, que tratou de diversos casos desses junto a uma clínica. E nós a estamos destacando pela seriedade dos trabalhos e também por nos auxiliar em muitos casos na cidade de Porto Alegre, bem como em todos os projetos apresentados nesta Casa; mesmo antes de eu estar vereadora, ela sempre foi parceira, suas colaboradoras, suas voluntárias, para o bem-estar animal. Fica este registro, muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação Requerimento nº 058/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Airto Ferronato, ao PLCL nº 014/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLCL nº 014/17 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 01 ao PLL nº 014/17.

Vereador Marcelo Sgarbossa (PT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, com a autorização dos autores, imediatamente, passar à votação dos Requerimentos de nºs 052/19 e 091/18. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 052/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 091/18. (Pausa.) O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Ver.^a Mônica, nossa Presidente da Casa, demais vereadores e vereadoras e público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, nós estamos fazendo o pedido de uma frente parlamentar. Sei que, normalmente, não se encaminham as votações de frentes parlamentares, mas, tendo em vista o pedido do Ver. Marcelo Sgarbossa, que está querendo ganhar um pouco de tempo, pois está organizando a votação do seu projeto, nós estamos fazendo o encaminhamento desta frente parlamentar, que é para discutirmos as concessões e as parcerias público-privadas na cidade de Porto Alegre.

Sei que o Ver. Ricardo Gomes tem uma frente parlamentar da desestatização, o que é muito próximo, e eu gostaria de presidir essa frente parlamentar e, até mesmo, de poder contar, Ver. Ricardo Gomes, com algumas ações das duas frentes para podermos trabalhar em conjunto. Essa é uma pauta com que alguns vereadores podem não concordar, mas é uma pauta que, hoje, se discute não só na cidade de Porto Alegre, mas, também, em todo o País, assim como já se discutiu muito e já se aplicou fora do País. Hoje, nosso País, tendo em vista a crise financeira em que se encontra, assim como os estados e os municípios, é uma das saídas, para que possamos buscar, através da ligação com a iniciativa privada, principalmente, na parte da infraestrutura, nas concessões e nas parcerias público-privadas, para buscar recursos da iniciativa privada, para ganhar mais velocidade nas construções e, também, para conseguir alavancar algumas ações que o município hoje não teria condições de realizar.

Exemplo disso, a parceria público-privada da iluminação pública, que foi aprovada aqui nesta Casa, que, hoje, já tem um edital de licitação na rua, que deve trazer a parceria de uma empresa privada para Porto Alegre e, dessa forma, transformar a iluminação pública de Porto Alegre com lâmpadas de LED, melhorando a segurança, melhorando a

economicidade. A empresa vai ter o seu lucro e a comunidade, a cidade terá a sua parcela, tendo em vista a melhoria desse serviço, desse atendimento, quando nós sabemos que o município não teria condições para conseguir atingir esses objetivos.

Então, é uma forma de nós discutirmos; eu sei que alguns vereadores vão ser contra algumas parcerias que o Município poderá fazer, outras, não, mas acho que o bom debate é uma forma de melhorarmos nossas ideias, melhorarmos também as condições de cidade. Sou totalmente favorável às parcerias público-privadas, às concessões, às contratualizações, acho que o local de se fazer o debate na cidade de Porto Alegre é no parlamento. Se todos nós pensássemos iguais, seria bastante difícil isso. A gente sabe das divergências de alguns vereadores, ideologicamente, mas a frente parlamentar é justamente para que a gente possa fazer o bom debate entre os vereadores e também trazer pessoas de fora que possam nos dar exemplos de concessões bem sucedidas, parcerias público-privadas que aconteceram no nosso Estado, no nosso País, para que a gente possa ir avançando, para que, quando formos fazer as nossas parcerias no Município de Porto Alegre, estejamos preparados para fazer o melhor pela cidade de Porto Alegre.

Tenho certeza de que esta frente será muito proveitosa para a cidade, poderemos fazer um bom debate. Já conversei como secretário de parcerias do Município de Porto Alegre, o secretário Thiago, que já se colocou à disposição de, junto com a frente parlamentar, fazer, quem sabe, seminários, debates, para que a gente possa fazer essa discussão. Quero contar com o apoio dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras para que a gente possa aprovar essa frente parlamentar e, a partir daí, organizar a frente para fazer um debate sobre as parcerias público-privadas e as concessões públicas na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 091/18.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vereadora Mônica, colegas vereadores e vereadoras, quero deixar bem claro aqui, a começar pelo Ver. Mauro Pinheiro, que nós votaremos favoravelmente à constituição desta frente parlamentar. Achamos que as frentes

parlamentares são opções por temas de alguns vereadores, e eles devem usar estes mecanismos. Pretendo participar sempre que puder desta frente, porque quero discutir exatamente as parcerias público-privadas, até porque tem uma fofoca na cidade de que seríamos contra as parcerias público-privadas. Não é verdade isso, inclusive eu sempre cobro dos meus amigos do MDB e do PP que eu coloquei na rua a PPP do Parque de Exposições Assis Brasil, foi exatamente no governo MDB, no Estado e na Secretaria da Agricultura do PP, e não foi adiante a PPP do Parque da Assis Brasil. Por sinal, eu fui lá sexta-feira, fiquei triste de saber que aquela parte que nós íamos fazer o centro de eventos, fazer a escola técnica, etc, estava tudo alinhavado, está pior do que sempre, é um matagal. Fazer PPP é fazer com que os empreendedores façam alguma coisa e, quando se fala em parceria público-privada, não é só o modelo PPP, são também as concessões.

Eu queira, por exemplo, Robaina, líder da oposição, fazer uma provocação aqui sobre o Cais Mauá. Por sinal, amanhã tem audiência na Assembleia, puxada pelo Sebastião Melo, nosso colega aqui vereador, depois vice-prefeito e agora deputado estadual. Às 10h, na Assembleia Legislativa, para discutir o Cais Mauá, porque ali é uma relação público-privado e está numa enrolação há anos e anos e anos, porque a formatação, a contratualização é o tipo de coisa que a gente sabe que dá certo ou dá muito errado – muito errado, Tessaro. E, no caso, parece-me que deu muito errado. Então, nós temos que retomar esse debate, porque não será o governo do estado nem a Prefeitura, nas condições que têm, que vão revitalizar o Cais Mauá. Não pode ser feito qualquer coisa no Cais Mauá, não se faz as coisas assim à bangu; a gente tem que ter compromissos, Hamilton, como as empreendedores, que podem ganhar dinheiro, não há nenhum problema. Inclusive, a nossa lei diz que empresa tem que gerar lucro, prestar um serviço, gerar economia, emprego e renda, ter uma função social, mas tem que dar lucro. Então, não há nenhum problema quanto a isso. Esse socialismo de cozinha não é conosco, nós pensamos a sociedade como um todo.

Por isso estamos aqui, Mauro Pinheiro, para dizer que V. Exa. puxe essa frente, puxe bons debates, vamos discutir possíveis parcerias público-privadas efetivas. E vou lhe dar uma de cara aqui, da qual quero participar do debate, inclusive, se for possível falar, debater: 4º Distrito. Toda a legislação necessária para tocar a parceria público-privada e desenvolver o 4º Distrito, nós aprovamos nesta Casa. Tem algum problema, porque as

coisas não andam no 4º Distrito. Quem anda por lá, como o Mauro Zacher, por exemplo, sabe o potencial que tem, mas, se o poder público não agir, Mauro Zacher, não vai ter desenvolvimento no 4º Distrito, não vai ter parceira público-privada. Eu acho que V. Exa. devia fazer a mesma coisa que eu estou fazendo aqui com o Mauro Pinheiro, que propôs a frente das PPPs, para a gente pautar, por exemplo, possíveis PPPs no 4º Distrito. O Cecchim foi secretário, o Goulart foi secretário, o Valter e outros também, poderíamos fazer um grande debate para ajudar a Prefeitura, porque ela não está dando conta do recado – o Ver. Ricardo Gomes também foi secretário, por pouco tempo, e sabe o quanto é importante a gente tratar essa questão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Mauro Pinheiro (REDE): Presidente, como em encaminhamentos não há apartes, gostaria de fazer um pequeno aparte aqui, vereador, em relação à fala do Ver. Adeli Sell. Na verdade, nós temos que aqui também envolver a nossa Escola do Legislativo e trazer pessoas que possam estender esse tema, através da Escola, porque é um tema novo – é novo em Porto Alegre, mas no mundo todo já se debate, já se usa há muito tempo. Assim poderemos melhorar o nosso conhecimento, para que a gente possa votar e discutir as parcerias e concessões com mais amplitude no Município de Porto Alegre.

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Feito o registro, vereador. Em votação o Requerimento nº 091/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador José Freitas (PRB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum qualificado.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum qualificado. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Vereador José Freitas (PRB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 110/18. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. José Freitas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 110/18. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM.**

Vereador João Carlos Nedel (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 160/18. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 160/18. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal o PLL nº 160/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM.**

Vereador Professor Wambert (PROS) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do PLL nº 137/18. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Professor Wambert. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 137/18. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM.**

Em discussão o PLCL nº 014/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLCL nº 014/17. (Pausa.) O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Estimado amigo, Ver. Paulinho, falo aqui em meu nome e em nome do Ver. Paulinho Motorista, com relação ao projeto de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. Quero repetir que, em 2010, apresentei um projeto criando um fundo municipal do idoso, e aqui está se propondo um fundo municipal do direito da mulher. Aquela proposta do fundo do idoso, que recebia R\$ 9 mil por ano, passou a receber R\$ 20 milhões, R\$ 17 milhões ao ano. Portanto, a existência de um fundo, Ver. Marcelo, é muito importante no nosso contexto atual.

O projeto original do vereador afirmava que o fundo seria gerido pelo Conselho Municipal da Mulher, e, como houve uma manifestação dizendo que seria inconstitucional, eu apresentei, a pedido do Ver. Marcelo, uma emenda dizendo que o fundo será gerido pelo Executivo municipal de Porto Alegre, para atender à posição da Comissão de Justiça, e que haveria a participação – na emenda também – do nosso conselho municipal. Estamos propondo a retirada do art. 6º, das “despesas decorrentes da execução”. Seria da Prefeitura, mas não haverá despesa em razão da emenda. Eu aqui já disse que vejo como bastante positiva a criação do Fundo da Mulher, nós, infelizmente, sabemos da violência doméstica e da desigualdade de gênero que se vive aqui em no nosso País. Para mudar essa realidade é preciso também trazer aqui questões, investimento, conscientização e políticas públicas que promovam o direito da mulher; portanto, um mecanismo de captação de recursos para atender essas políticas para as mulheres eu estou acreditando, entendendo, que seria extremamente positivo. Portanto, votaremos favorável ao fundo e favorável à emenda. E repito, Ver. Marcelo Sgarbossa: não há nenhum inconveniente para o Executivo Municipal, só há pontos favoráveis e positivos, por isso compreendo que todos os vereadores de oposição, de situação e independentes podem votar a favor deste projeto porque vai trazer, sim, benefícios à cidade de Porto Alegre, às mulheres da nossa capital. Portanto, o nosso apelo é para que se vote “sim”. Eu registro, mais uma vez, que eu falo aqui em meu nome e em nome do Ver. Paulinho Motorista. Obrigado e um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCL nº 014/17.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde a todos e a todas, eu quero seguir na linha do Ver. Aírto Ferronato que é o autor desta emenda. Como nós sempre falamos, os nossos projetos e todos os projetos protocolados nesta Casa são justamente, como o nome já diz, um projeto e podem ser aperfeiçoados e essa emenda vai nessa linha.

E nós, no momento do protocolo do projeto, projeto datado de 2017, realmente fomos ousados, principalmente nessa questão. Quero parabenizar os militantes do nosso movimento de mulheres de Porto Alegre aqui presente. O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher esteve presente nos últimos meses, eu diria, em quase todas as sessões, porque este projeto foi prorrogado, outros projetos foram colocados na frente, como o do IMESF, o da lei dos inventários, e acabou que este projeto hoje está em primeiro não por um requerimento nosso, mas por razão da fila dos projetos que estão sendo analisados ter andado. Eu quero fazer um reconhecimento, e o faço com gosto, ao Ver. Mendes Ribeiro, que é autor de um projeto que cria o Fundo Municipal de Defesa Civil. Então, se algum vereador ou vereadora estiverem propensos a votar contra o projeto, Ver. Wambert – o senhor que é colega da área jurídica –, se algum vereador ou vereadora estiver aqui tentando se agarrar no argumento da inconstitucionalidade ou da ilegalidade por ser um projeto que cria um fundo, é importante lembrar do Fundo Municipal de Defesa Civil, que aprovamos no ano passado, proposto pelo Ver. Mendes Ribeiro, assim como o Ver. Aírto Ferronato é autor de um projeto que cria o Fundo Municipal do Idoso, uma lei em vigor, tanto uma como a outra estão em pleno vigor, e nunca foi alegada nenhuma inconstitucionalidade. Então, aqui estamos propondo, na mesma linha, um Fundo Municipal dos Direitos da Mulher.

A emenda do Ver. Ferronato coloca a forma de gerenciamento desse fundo como modelo padrão, ou seja, feito através do Executivo. Nós tínhamos sido ousados no projeto original, colocamos que a gestão seria feita pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Então nós estamos abertos a essa mudança. O Ver. Ferronato se dispôs a fazer a emenda, o que para nós não tem nenhum problema. O importante é que tenha realmente

um fundo, como já falei nesta tribuna, que poderá, a partir deste momento, receber verbas de inúmeros lugares, de inúmeras fontes, logicamente fontes legais. Fico imaginando condenações na justiça por violência contra mulher, seja por parte de pessoa física ou jurídica, uma das formas de condenação poderá ser através de pagamento, depósito no Fundo Municipal dos Direitos da Mulher. Então, só isso já justifica, Ver. Cassiá, termos um fundo específico porque sabemos que, neste caso que estou aqui como exemplo, um juiz não condenará alguém a pagar algo para o Município que não seja vinculado às políticas públicas da mulher. Então, para mim, já é motivo suficiente para termos, efetivamente, um fundo e para que os dinheiros não se misturem com o caixa único do Município. Então, quero saudar a emenda do Ver. Ferronato – votaremos a favor, mesmo mudando o nosso projeto. Não tínhamos a pretensão de obrigatoriamente ser gerenciado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. E a outra questão que o Ver. Ferronato altera é uma sugestão, inclusive, do Ver. Mendes Ribeiro, porque lá no projeto dizia que uma das formas de composição desse fundo seriam dotações orçamentárias. O Ver. Mendes Ribeiro levantou o tema que isso obrigaria o governo a fazer dotações orçamentárias e sugeriu que nesta emenda apresentada pelo Ver. Ferronato estaria ali a possibilidade de ser do orçamento. Então, eu até confesso que não concordaria, por ter a palavra “seria” não ficaria efetivamente obrigado, estamos falando de verbas orçamentárias, não é recurso que tenha vinculação constitucional, nada disso, mas acolhemos essa sugestão. Então, somos favoráveis à emenda e ao projeto para que a partir de hoje Porto Alegre tenha – depois da sanção do prefeito Marchezan – um Fundo Municipal dos Direitos da Mulher. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): A Ver^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCL nº 014/17.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Srs. Vereadores e Sras. Vereadores, eu vim aqui corroborar, saudando a iniciativa do Ver. Marcelo Sgarbossa de criar um fundo. Enquanto procuradora da mulher, a gente está passando um momento bem difícil de desestruturação da nossa Procuradoria, contraditoriamente há um *boom* de denúncias, um *boom* de mulheres que estão se empoderando e estão reivindicando auxílio e exigindo

também a necessidade de termos um Estado mais proativo em relação à pauta do feminicídio. Recebemos casos gravíssimos de denúncias dessas mulheres que recorrem à Procuradoria. A Procuradoria tem esse papel de dar o acolhimento, o encaminhamento, promover políticas públicas. Perdemos como funcionária da Procuradoria a Débora, que era a memória da nossa Procuradoria, hoje ela está trabalhando no gabinete da nossa Presidente Mônica. Então estamos num processo de reestruturação e a ideia do fundo não é só bacana no sentido de dar corpo, dar conteúdo para a Procuradoria, e também dar mais proatividade para o Conselho, mas também para tentar envolver outros atores da sociedade que se engajam, tal qual as ONGs, tal qual os coletivos de mulheres, para conseguirmos ter uma rede nossa proativa, enquanto movimento social mesmo, para ter ação, ter política pública, ter campanha, ter formação. Nós acreditamos muito que é a educação que combate essa consciência machista, misógina que trata a mulher como objeto. Então, todo esse processo perpassa, sim, ter financiamento, perpassa, sim, ter um fundo, perpassa também termos poder de decisão em relação a isso. Estamos recuando, a partir da emenda do Ver. Ferronato, porque sabemos que é inviável, hoje, no contexto aqui, conseguirmos implementar o fundo tal qual a nossa necessidade. Mas é isso, é um primeiro passo para começarmos esse diálogo em relação a algo tão importante, que é a violência contra as nossas mulheres. O Brasil é o terceiro País no mundo que mais permite a violência contra as suas mulheres, isso é um assunto sério. E não é só no dia 8 de março que temos que homenagear as mulheres, é na nossa práxis cotidiana da política dentro desta Câmara. Então, vamos colocar mesmo esse pepino na roda para debatermos e refletirmos aqui, o fundo é necessário, é urgente. E, como procuradora da mulher, saúdo essa iniciativa dos vereadores.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 01, destacada, ao PLCL nº 014/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 21 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLCL nº 014/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 16 votos **SIM**; 9 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): Presidente, estava resolvendo uma situação no gabinete, não consegui chegar para votar o projeto, gostaria de fazer constar o registro da minha intenção de voto nos anais. Obrigado.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Está registrada intenção de voto do Ver. Márcio Bins Ely, mesmo não alterando o resultado.

Vereador Marcelo Sgarbossa (PT): Sr. Presidente, como faltam apenas três votos para alcançar os 19 votos, eu vou fazer um requerimento de renovação de votação.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Faça o requerimento por escrito, vereador.
Em discussão o PLL nº 331/17. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Eu solicitei discutir o PLL nº 331/17, Ver. José Freitas, porque o seu projeto diz que os assentos de terminais e pontos de paradas de ônibus municipais deverão estar identificados com preferência para as pessoas referidas no *caput* deste artigo. Na verdade, nós temos uma velha discussão aqui, Ver. José Freitas, sobre a questão da preferencialidade nos ônibus. O Ver. Paulo Brum acabou modificando uma proposição minha, sendo mais incisivo nessa questão, determinando que alguns fossem efetivamente dentro dos ônibus, e V. Exa. agora propõe nas paradas. Eu acho que esse é um grande debate e chegou num bom momento. Como eu falei antes em uma intervenção aqui, Freitas, alguém ligou para a Prefeitura para tratar de um mobiliário urbano numa praça; a Prefeitura disse que não tinha decreto ainda fazendo o detalhamento da legislação. Isso não é competência nossa, é competência da Prefeitura. Mas ontem foi colocada a licitação dos relógios, portanto, a lei está valendo, se vale para um, vale para todos. Então, agora nós temos o mobiliário urbano, que inclusive, Ver. André Carús, nós discutimos essa questão de como devem ser os padrões mínimos. Inclusive, Freitas, nós apresentamos aqui uma parada de ônibus que tinha identificação para pessoas com deficiência, tinha todas essas anotações. Eu vou votar favoravelmente a esse projeto de lei e vou me aproveitar desta discussão no dia de hoje para debater com o Executivo Municipal que, quando se aprova uma lei, é para colocá-la em prática.

Ver. Cassiá, nós aprovamos o mobiliário, portanto as paradas de ônibus têm que contemplar exatamente aquilo que dizia e diz a lei do mobiliário urbano que inclui inclusive a questão que o Freitas detalha agora e faz com que seja mais precisa ainda. Então, eu quero que a gente vote, aprove e utilize esse projeto de urbano, lei aprovado para fazer valer a lei do mobiliário urbano de A a Z. Não tem essa de o prefeito querer aprovar a lei do mobiliário urbano, depois colocar em prática só aquilo que ele acha conveniente, porque eu já sei do zum-zum no gabinete, no Paço Municipal, de que quer apresentar uma lei modificativa para a lei da publicidade externa, seguindo o exemplo dos seus gurus de São Paulo. A cidade de São Paulo ficou limpa que é um absurdo. Sim, ficou limpa, é um absurdo, só que colocou na mão da JCDecaux toda a questão do mobiliário urbano. Nós fizemos uma lei do mobiliário urbano aqui para que preservemos as empresas locais, por isso que eu estou insistindo junto às empresas locais, já discuti isso com a Ver.^a Mônica, na intervenção anterior, sobre a questão dos floristas. Na verdade, nós estamos discutindo aqui mobiliário urbano, apesar dessa zorra, desse zum-zum que está tendo hoje no plenário, o assunto é muito sério. Ver. José Freitas, eu vou acompanhar a sua posição.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLL nº 331/17.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar o Ver. Paulo Brum, comandando os trabalhos nesta tarde; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; quero aqui ser objetivo, favorável a este projeto do Ver. José Freitas, mas vou votar contra a Emenda nº 01, porque isso... É quase impossível nós termos novas paradas; e se tiver, serão muito poucas. A emenda retira, foi o que entendi, do projeto inicial do Ver. Freitas, que cobra da Prefeitura para colocar, naqueles assentos que há nas paradas de ônibus, sinalização de assentos preferenciais para gestantes, para idosos, enfim. Uma coisa natural que já deveria ter, no meu entender. Até para ficar bem claro: ele não está obrigando, está dando preferência, como há nos ônibus, nos lotações. Preferência, não quer dizer que seja obrigatório; se não tiver um idoso, não tiver uma gestante ou um deficiente físico, está liberando.

Então, se nós aprovarmos a Emenda nº 01 do próprio Ver. José Freitas, nós vamos só iludi-lo, porque as paradas, de agora em diante, essas que já estão consolidadas na cidade, são totalmente... Sou a favor. Tem pequenas ações que são importantes na cidade, Ver. Freitas. O projeto de V. Exa. é simples, objetivo. Inclusive o projeto anterior de ter lugar para gestantes, idosos e deficientes nos bancos do Rio Grande do Sul é deste vereador, é meu, há muito tempo, ganhei um prêmio inclusive em Brasília como um projeto inovador – isso faz mais de 15 anos -, porque obrigava os bancos a colocar, e até hoje é assim. Se alguém que está nos ouvindo ver que algum banco não tenha, exija que lá tenha lugar preferencial para idosos, gestantes e deficientes físicos.

Então, eu vou votar contra a emenda e manter o projeto. O projeto está correto. Não tem cabimento... Se na próxima, como disse aqui o Ver. Adeli Sell, se quando mudar o mobiliário urbano de Porto Alegre, através do novo Plano Diretor, já venha estabelecido. Mas será que é difícil colocar o nome nas paradas? Será que a Prefeitura não tem estrutura para colocar nas paradas de ônibus que já estão consolidadas ali, que é preferencial a idosos, gestantes e deficientes físicos? Pelo amor de Deus, como nós estávamos dizendo aqui, nós temos emendas que não são cumpridas. O vereador queria tapar buracos, e destinamos, por ideia deste vereador, quase R\$ 30 milhões para tapar buracos, e não foram tapados os buracos da cidade. Então, temos de repensar que poder tem o vereador, que prerrogativa tem o vereador em relação ao Executivo. Vou votar a favor do projeto e peço que votem contra a emenda para consolidar que o projeto é mais importante do que a emenda. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir o PLL nº 331/17.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB): Presidente, Ver. Brum, demais colegas vereadores e público que nos assiste. Como disse o Ver. Cassiá Carpes, é um projeto muito simples que estabelece reserva de assentos preferenciais para idosos, gestantes, obesos, lactantes e pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em terminais e pontos de parada de ônibus municipais.

A EPTC já está fazendo aqueles assentos melhorados, tipo cadeirinha, nas paradas. E é comum a gente passar nas paradas, principalmente, nos terminais, onde têm um volume maior de passageiros, pessoas com dificuldade, obesos, pessoas idosas, e, muitas vezes, vemos que esse assento está ocupado por um jovem, e aquelas pessoas de pé. Pensando nisso é que nós apresentamos essa lei, para que, assim como tem nos ônibus, aquele assento reservado, venha a ter também nas paradas de ônibus. Uma pessoa que tem dificuldade ou mobilidade reduzida, ou é muito obesa, ficar em pé numa parada é muito ruim, por isso fizemos esse projeto. Então, peço a compreensão de todos os p ares para que aprovemos nesta tarde, e, acima de tudo, que possamos cobrar do Executivo para que, depois de aprovado, cumpra-se, e em cada parada da cidade de Porto Alegre tenha essas cadeiras preferenciais.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação nominal, por solicitação esta presidência, a Emenda nº 01 ao PLL nº 331/17. (Pausa.) (Após apuração nominal.)

APROVADA, por 21 votos **SIM**; 1 voto **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLL nº 331/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM**.

Em discussão o PLL nº 105/17. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a matéria, como autor.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente Paulo Brum, colegas vereadores e vereadoras e público que acompanha nossa sessão nesta tarde. Em Porto Alegre existe um número significativo de feiras de artesanato, artes plásticas, culinária e antiguidades. Algumas dessas feiras são consideradas, eu diria, roteiro turístico da cidade. Quem não conhece e já foi à feira do Parque da Redenção? Quem não conhece e já foi à feira da Usina do Gasômetro? E há tantas outras espalhadas por toda a cidade. A Secretaria de Indústria e Comércio – SMIC, até então, fazia uma discussão sobre o regimento dessas feiras, e muitos vereadores aqui apresentaram projetos de lei criando, instituindo feiras de artesanato, mas essa é a única temática em Porto Alegre que não tem conselho municipal – um conselho municipal do artesanato. Nós aqui, inicialmente, estávamos propondo um comitê municipal, mas, por iniciativa e até uma correção por

pág. 22

parte das comissões, quando ficou tramitando aqui, por mais de ano, foi sugerida a criação, em vez de comitê, de um conselho municipal do artesanato, que teve parecer favorável de todas as comissões. Eu tenho tido, já há um bom tempo, um diálogo com a Secretaria que trata do artesanato, e todos são favoráveis à ideia, então estamos aqui não só apresentado, mas pedindo aprovação dos colegas vereadores, à medida que nós vamos ter um conselho que não será deliberativo, será consultivo, portanto sugerirá ao governo, e será composto, na regulamentação, por membros do governo e das feiras de Porto Alegre, com isso, haverá possibilidade clara e precisa de que, quando esse segmento ou esses artesãos e artesãs quiserem ocupar o espaço público ou instituir uma nova feira, possa haver esse fórum de discussão política a respeito do tema. Por isso, é uma proposição, creio eu, simples, mas que traz uma enorme, eu diria, movimentação em prol do apoio e de tantas e tantas pessoas – somente em Porto Alegre, são mais de 30 mil pessoas – que dialogam e lutam para ter um espaço para vender a sua arte, a sua cultura, o produto do seu esforço: o artesanato. Portanto, peço o apoio dos nobres colegas vereadores e vereadoras para apoiar e aprovar a iniciativa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro, o Substitutivo nº 01 ao PLL nº 105/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)

APROVADO por 12 votos **SIM**; 8 votos **NÃO**. Ficam prejudicados o projeto e a Emenda nº 01.

Vereador Moisés Barboza (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLL nº 117/16, passar à votação do PLL nº 222/17. Após retornarmos à ordem normal.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 117/16. (Pausa.) O Ver. André Carús está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero fazer um pedido aos colegas pela aprovação deste projeto, o qual eu apresentei ainda na legislatura anterior, logo em seguida que deixei a direção-geral do DMLU assumi por um período um mandato nesta Casa. Conhecendo a necessidade de nós nos comprometermos com ações do poder público em parceria com a sociedade civil organizada, com o setor privado e com todos os atores vivos da cidade, nós precisamos ter uma política pública permanente de educação ambiental na cidade, Ver. Ricardo.

Nós temos algumas que são desenvolvidas, apartadas de uma uniformidade em cada órgão. O DMAE tem o seu setor de educação ambiental, o próprio DMLU tem o seu setor de educação socioambiental, a SMED teve por muito tempo uma coordenação de educação ambiental junto às escolas municipais, o extinto DEP tinha um setor muito forte de educação ambiental. À época do governo José Fogaça, nós tínhamos um órgão, que era o Comitê Gestor de Educação Ambiental, que organizava não apenas a integração das ações de todos esses órgãos, mas também o orçamento e o montante de recursos que seriam aplicados nessa área. Pois o Comitê Gestor de Educação Ambiental acabou, com o passar do tempo, sendo extinto, não se cumpriram mais metas de capacitação de pessoas, de estudantes, de servidores, de empresários, de cidadãos de um modo geral. E nós sabemos que a falta da educação ambiental se reflete no cotidiano. Quando vemos, por exemplo, num dia de forte chuva, as inundações que ocorrem na cidade, não é só pela falha do sistema da drenagem urbana, é também pelo cidadão deseducado que descarta lixo em local proibido. Quando, muitas vezes, uma árvore é mal manejada, por algum órgão público até, é também por falta de treinamento e de educação ambiental do responsável pelo manejo daquela árvore. A falta de educação ambiental no preparo das futuras gerações também se reflete nas escolas porque não temos a obrigatoriedade no currículo escolar, não só em Porto Alegre, mas em diversas outras cidades, a obrigatoriedade de uma disciplina tão importante como essa.

Então, o que eu proponho aqui – nós temos só uma emenda, que é de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que é corretiva do texto, para que nós não invadíssemos nenhuma competência do Poder Executivo e não tornasse o projeto inorgânico – nada mais é do que alinharmos a cidade num planejamento de educação ambiental, respeitados os objetivos do desenvolvimento sustentável, que são 17, e estão inseridos na agenda 2030

da Organização das Nações Unidas, e, ao mesmo tempo, possamos organizar melhor o alcance das ações que são desenvolvidas pelo Município e possamos, em consequência disso, fazer com que elas cheguem nas pessoas que efetivamente precisam ser educadas do ponto de vista ambiental. Temos leis já para isso, recursos que estão parados sem a aplicação correta como, por exemplo, no Código Municipal de Limpeza Urbana, que é a Lei Complementar nº 728, de 2014. Um percentual de recursos do Código que pune o infrator que joga lixo em local proibido tem que ser destinado para atividades de educação ambiental. O Fundo Municipal de Incentivo à Reciclagem e Inserção Produtiva, que é uma lei do final de 2016 e aprovada nesta Casa, também prevê uma rubrica de recursos para as atividades de educação ambiental. Julgo da maior importância, para que Porto Alegre esteja inserida nesse contexto, porque muitas são as ações não apenas da Prefeitura Municipal, mas também da sociedade civil organizada, que se mobiliza em diversas frentes, em diversos grupos. A educação ambiental é o que pode fazer com que nós não façamos a cassação do futuro de uma sociedade mais livre, de uma sociedade mais educada, que possa manter os nossos ecossistemas e o meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 117/16.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; a minha preocupação é que estamos votando um rol de projetos nesta tarde, parece-me que fomos tomados de uma febre legiferante. Agora o que nós temos em pauta não é qualquer projeto, nós temos na discussão o Plano Municipal de Educação Ambiental, meu caro biólogo, Ver. Prof. Alex Fraga. Não é uma questão de somenos importância. Eu esperava que já estivessem inscritos uma dezena de vereadores, porque hoje, em Porto Alegre, nós temos... Foi dito pelo Carús, eu tinha até me esquecido do pessoal do DEP, que tinha uma campanha impressionante – fizeram, inclusive, exposições em *shopping centers*, “Riacho não é Valão” – mostrando que as pessoas atiravam qualquer coisa nos riachos. Até casas foram reconstruídas a partir dos resíduos, dos dejetos, dos descartes.

Eu cobrei, dias atrás, que foi para o espaço da estratosfera, como tudo vai para a estratosfera, na Secretaria Municipal de Educação. Quem se lembra do passado, em que tínhamos uma educação ambiental de primeira grandeza na SMED? Dias atrás, estavam aqui, inclusive, as professoras que fizeram essa história dentro da SMED. Eu lembro de um fusquinha azul do DMLU que circulava pelas vilas, com um alto-falante, com folheteria, trabalhando o dia do bota-fora, as orientações para a separação e o descarte apropriado do lixo, dos resíduos em Porto Alegre. Agora, acho que foi o Alvoní Medina, eu vi uma proposição, sobre a logística reversa de medicamentos. Em boa hora vem isso, porque as pessoas descartam medicamentos no ralo da cozinha ou no banheiro, e a gente sabe que isso é um produto contaminante, assim como pode ser bom para a saúde, também tem um elemento contaminante na água. “Ah, mas tem um processo maravilhoso no DMAE”. Tem, mas nós sabemos que muitas águas estão contaminadas com agrotóxicos. Por que não se faz uma discussão, neste momento aqui em que estamos discutindo o Plano Municipal de Educação Ambiental, para discutirmos a questão dos venenos que estão vindo do Jacuí e de outros rios para entrar no Guaíba, contaminando a nossa água. Olhem a mortandade das abelhas. A humanidade pode sumir da face da terra, se nós não salvarmos as abelhas. Isso teria que ser parte do debate do tema de educação ambiental nesta Casa, na tarde de hoje, mas eu vejo, Ver. Nedel, que parece que hoje é só volume, o que importa é a quantidade de projetos, e quando tem um de alta qualidade – não estou falando contra os outros, mas esse em especial, Carús –, tem um conteúdo diferente, que trata de “n” questões da cidade... Assim como citei a logística reversa dos medicamentos que o Alvoní levantou, eu poderia citar a necessidade de uma política de logística reversa de elementos eletroeletrônicos, cujas campanhas eu já participei. Lembro-me, quando o professor Newton Braga Rosa, teve uma rápida passagem na Prefeitura, foi vereador, nosso colega, de uma que foi monumental, Ver. João Carlos Nedel, na Usina do Gasômetro, o dia que se trouxe elementos...

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Vereador, este vereador se inscreve e cede seu tempo a Vossa Excelência.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Agradeço enormemente. Ver. João Carlos Nedel, naquele dia a gente viu que os maristas levaram caminhões e caminhões para fazer a

reciclagem, para fazer elementos de robótica; uma outra empresa levou para reciclagem aquilo que não poderia ser utilizado. Por sinal, poderíamos trazer, um dia desses, o professor Newton Braga Rosa para o espaço temático nesta Casa para nos falar de duas coisas que ele colaborou aqui enormemente: a questão do ISSQN para as empresas na área da informática e essa questão da logística reversa. Faria gosto de reencontrar o professor Newton Braga Rosa num debate aqui conosco nesta Casa.

Eu falo, portanto, Ver. Prof. Alex Fraga, que conhece bem esse assunto que a logística reversa deveria ser uma política pública. Nós poderíamos estar usando tudo, inclusive para energia. Há uma parte, hoje, que é jogada por aí com uma pequena usina, e ainda temos espaços para esse tipo de usina, porque é muito pequena, de utilizar os novos mecanismos de transformar resíduos em energia.

Eu sei de estudos, e tive a honra de participar de um debate em Buenos Aires, na Argentina, sobre essa questão, e dois professores estudiosos, suecos, fizeram um jogral dizendo que, na Suécia, 98% dos resíduos são reaproveitados. O Ver. João Bosco Vaz diria que na Suécia nem grito de porco se perde, tudo que é resíduo, 98% é reaproveitado. Mas tem que reaproveitar tudo. A gente discute muito proibir isso, proibir aquilo e eu sou pelo reaproveitamento.

Eu disse uma vez, por exemplo, para o Ver. Marcelo Sgarbossa que a gente tem usar todas essas questões que ele trabalha muito para um reaproveitamento. Nós temos, por exemplo, aqui na Câmara compostagem. Então nós temos que reaproveitar o saquinho plástico, que pode ser aproveitado uma vez, duas vezes, três vezes, depende de como é aproveitado, ou outros, como o papel que não é pegar e logo jogar fora. Aqui na Câmara precisamos fazer um debate sobre isso, discutir; uma política municipal de educação ambiental tem que começar com a Câmara, o desperdício de papel na Casa. Quantos anos levamos para nos convencer de que precisamos ter menos papel e mais internet aqui dentro? Muito tempo. Temos que continuar com esse debate.

Então, eu espero poder votar este projeto hoje à tarde, transformá-lo em lei. Assim como eu disse antes no debate sobre as paradas de ônibus, temos um mobiliário urbano, e Ver. Freitas, a parada de ônibus no mobiliário urbano, aprovado por nós, é uma “Brastemp”, ela é chique, bacana, útil. Com o seu projeto, nós queremos trabalhar e cobrar, amanhã, depois de amanhã, sempre, essas questões, porque, eu, nesta legislatura, praticamente

não apresentei projeto, apenas um, vetado pelo prefeito - ele o pegou e transformou em um decreto-lei, mas tudo bem, agora, posso cobrar mais ainda.

Portanto, na questão da política municipal de educação ambiental, eu quero ir mais longe, quero, por exemplo, tratar da questão da SMAMS. A educação ambiental começa também com o tipo de planta, de folhagem, de flor e, principalmente de árvores que vamos plantar. Como está o viveiro municipal, Ver. Pro. Alex? Ninguém fala. Estão fechando, estão detonando. Eu brigava muito com o Ver. Beto Moesch, mas faça-se justiça, na Secretária, apesar de algumas coisas que criticava, que discordava, havia uma política ambiental mais efetiva. Nós precisamos cobrar, sim. Quando o secretário Maurício veio à Câmara, dias atrás – por sinal o Carús está para marcar uma nova reunião e chamar aqui a CEEE –, nós discutimos que temos uma rua em Porto Alegre que, segundo sei, nunca teve árvore, mas tem muitas flores: Rua General Andrade Neves. E que se recuperem as árvores. Muito obrigado!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 117/16.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, eu estava guardando a minha garganta, as minhas cordas vocais, mas, diante da relevância do tema em debate, subo à tribuna para fazer a minha manifestação. A educação ambiental é peça fundamental para formação dos cidadãos. Se o indivíduo não consegue se identificar dentro do espaço que ele ocupa no ambiente natural, por óbvio, ele não vai colaborar com a manutenção das boas condições e não terá boas práticas na preservação da nossa natureza. Nós tivemos este ano o comparecimento do jovem – fugiu-me o nome agora – que veio falar sobre a ecobarreira de contenção de resíduos sólidos do arroio Dilúvio. E o que ele nos trouxe foi algo alarmante: a ecobarreira consegue peneirar apenas uma pequena parcela dos detritos, dos resíduos que passam pelo arroio Dilúvio, um dos corpos d'água que desemboca no Guaíba. E se é uma fração ínfima o que é tirada do Dilúvio, imaginemos o que diariamente vai para as águas que abastecem a população da nossa cidade. O DMAE tem um dos sistemas de tratamento de águas mais eficiente do mundo, mas isso não deveria ser motivo de orgulho para nós,

porto-alegrenses, porque, se ele é tão eficiente assim, nós sujamos demais o nosso manancial e, por isso, precisamos investir grandes somas para tratar essa água que é tão maltratada. Por isso, as questões de conscientização devem começar desde cedo, dentro das nossas escolas, para que as crianças sejam replicadores, juntos aos seus pais, aos seus parentes, aos seus avós, pessoas que muitas vezes não têm esse tino e essa consciência desenvolvida. Portanto, comecemos com os nossos jovens, mas toda a iniciativa requer investimento, por óbvio. Precisamos que o ente público faça a sua parte e desenvolva um projeto consistente e não apenas como se diz “um projeto para inglês ver”, para colocar num *site* qualquer da Prefeitura abandonado às traças, dizendo que cumpriu a sua tarefa. Não, precisamos de envolvimento, precisamos de política pública, precisamos, sim, discutir esse e tantos e outros temas. A questão da qualidade das águas do nosso Município é de envergonhar a todos nós. Nós temos, na capital dos gaúchos, uma grande quantidade de córregos, arroios. E como bem disse o Ver. Adeli, arroio não é valão, não é um depósito de resíduos de toda a natureza. Não, todos esses corpos d’água desembocarão, mais cedo ou mais tarde, dentro do Guaíba, a nossa fonte de captação de água para abastecimento da nossa população. Por isso, tudo o que for depositado na rua, invariavelmente, vai contaminar a nossa principal fonte de água, portanto, ter zelo e cuidado com o nosso ambiente nunca é demais.

Parabenizo a iniciativa do Ver. André Carús, esperamos que muitas outras se somem a essa. Mas nós, aqui da Casa Legislativa do Município de Porto Alegre, temos iniciativas parlamentares, propomos projetos de leis, mas, se essas leis não saírem do papel e forem efetivadas, de nada serve todo esse nosso esforço, toda essa nossa dedicação para a nossa cidade. Portanto, esperamos que haja a aprovação deste projeto e que ele seja colocado em prática no Município de Porto Alegre, porque política pública é o que está faltando na capital dos gaúchos. Boa tarde, um abraço a todos e parabéns, novamente, ao Ver. André Carús.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 117/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADA.

Em votação o PLL nº 117/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Cassiá Carpes (PP): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Cassiá Carpes. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezesseis vereadores presentes. Não há quórum.

(16h28min) Está encerrada a Ordem do dia.

Passamos à

PAUTA

Não há inscritos para discutir a Pauta. Encerrado o período de discussão de Pauta. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h29min)